RENATO DE MELLO ALMADA

ADVOGADO

EXCELENTÍSSIMO MINISTRO PRESIDENTE DO EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

“Diante dessas evidências científicas, conclui-se que a castração animal, na forma prevista na lei estadual, pode não só comprometer a integridade física dos animais, como a própria existência das raças”. (ADI 7.704 – SP, Rel. Min. Flávio Dino)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 43.566.413/0001-40, com sede na Av. Paulista, 1.159, 10º andar, conjunto 1.015, Bela Vista/SP, CEP 01311-200 (“ABINPET”), e **INSTITUTO PET BRASIL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 18.725.438/0001-00, com sede na Av. Paulista, 1.159, 10º andar, sala 1.016, Bela Vista/SP, CEP 01311-921 (“IPB”), ambas entidades de âmbito nacional¹ (**Doc. 01 e 02**), vêm, por seu advogado abaixo assinado (**Doc. 03**), com fundamento no art. 102, IX, da Constituição Federal, propor a presente **Ação Direta de Inconstitucionalidade** da Lei Estadual nº 14.204/07, regulamentada pelo Decreto nº 1.047/25, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 09 de julho de 2025, promulgado pelo Governador do Estado de Santa Catarina, pelas seguintes razões.

¹ As associações autoras qualificam-se como entidades de classe, nos termos da jurisprudência do e. STF (ADI 5291, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 06.05.2015), representantes da classe de donos de pet shops, canis e gatis, como se vê de seus estatutos sociais (cf. Doc. 01), sendo inequívoca a pertinência temática. Logo, não há dúvida quanto a sua legitimidade para ajuizar esta ação direta de inconstitucionalidade, por disposição expressa do art. 103, IX, da CF.

RENATO DE MELLO ALMADA

ADVOGADO

I – SÍNTESE DOS FATOS

1. O Decreto nº 1.047/25, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 09 de julho de 2025 (**Doc. 04 e 05**), regulamenta a Lei Estadual nº 14.204/07 e proíbe, em todo o território estadual, a *criação, comercialização e presença de cães da raça Pit Bull e das raças oriundas de seu cruzamento (American Pit Bull Terrier, Staffordshire Bull Terrier, American Bully, American Staffordshire Terrier, Red Nose, Pit Monster, Exotic Bully, American Bully Pocket/Pocket Bully, American Bully Micro/Micro Bully e American Bully Micro Exotic/Micro Exotic)*.

2. Além da proibição acima, o Decreto **estabeleceu a obrigatoriedade de esterilização de cães dessas raças a partir dos seis meses de idade em todo os Estado de Santa Catarina**, passando a Lei a vigorar com essa obrigatoriedade.

3. É evidente que a medida impõe restrições graves à liberdade de criação, posse e comércio de determinadas raças, sem a apresentação de estudos técnicos científicos que fundamentem a discriminação dessas raças, **incluindo erro grave ao dispor que as raças citadas do tipo *Bull* são oriundas do cruzamento de cães da raça “Pit Bull”**.

4. Ainda, a obrigatoriedade da esterilização precoce de filhotes afronta direitos assegurados na Constituição Federal e contraria recente decisão do Supremo Tribunal Federal (ADI 7704-SP), em ação também proposta pelas ora Autoras.

II – DO CABIMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

5. O artigo 102, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal, confere ao Supremo Tribunal Federal a competência para julgar ação direta de inconstitucionalidade em face de lei ou ato normativo estadual que contrarie a Constituição Federal.

6. O Decreto nº 1.047/25, embora seja ato normativo infralegal, **regula e executa** a Lei Estadual nº 14.204/07, razão pela qual sua inconstitucionalidade pode ser arguida por meio da ADI, visando à declaração de invalidade de seus dispositivos incompatíveis com a Constituição.

RENATO DE MELLO ALMADA

ADVOGADO

7. A legitimidade ativa para propor ADI é conferida ao Procurador-Geral da República, Governadores de Estado, Mesa do Senado Federal, Câmara dos Deputados, ou entidades de classe de âmbito nacional, dentre outros, conforme art. 103 da CF.

8. Como já destacado, as associações autoras qualificam-se como entidades de classe, nos termos da jurisprudência do e. STF (ADI 5291, Rel. Min, Marco Aurélio, j. 06.05.2015), representantes da classe de donos de pet shops, canis e gatis, como se vê de seus estatutos sociais (Cf. Doc. 01), sendo inequívoca a pertinência temática. Logo, não há dúvida quanto a sua legitimidade para ajuizar esta ação direta de inconstitucionalidade, por disposição expressa do art. 103, IX, da CF, registrando-se, ainda, que ambas associações são as Autoras da ADI 7704-SP, em curso perante esse Egrégio Sodalício.

III – DA INCONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO 1.047/25

III. I - Da proibição discriminatória das raças sem embasamento científico:

9. O Decreto 1.047/25 proíbe a criação, comercialização e posse de cães da raça “*Pit Bull*” e cruzamentos correlatos sem apresentar qualquer estudo técnico-científico que comprove que tais raças representam risco superior ou perigo objetivo à sociedade.

10. É evidente que os legisladores se valem de informações da mídia para delas extrair considerações e fundamentos para legislar, sem se aprofundar em questões técnicas que demandam conhecimento.

11. Não se nega de maneira alguma a ocorrência de ataques de cães, que infelizmente ocorrem, na grande maioria das vezes, pela falta de correto manejo por parte de proprietários ou tutores ou pela aquisição de cães sem a devida procedência (pedigree de entidade reconhecida).

12. Também não nega que muitos desses ataques são registrados pela mídia como provenientes de cães da raça “*Pit Bull*”, quando na realidade são cães sem raça definida (SRD), que podem apresentar características semelhantes ao popularmente chamado “*Pit Bull*”, mas que não são cães legítimos da **raça American Pit Bull Terrier**.

RENATO DE MELLO ALMADA

ADVOGADO

13. Uma simples comparação dos cães envolvidos em ataques e que são retratados pela mídia, acabando por servir de base para formulação de leis como a que tratamos aqui, com o definido pelo padrão oficial da raça, comprova, até para leigos, que a grande maioria – senão todos – dos exemplares que demonstram esse comportamento inadequado, são cães frutos de “mestiçagem”.

14. Como ilustração, veja-se o padrão oficial da raça *American Pit Bull Terrier* publicado pela Confederação Brasileira de Cinofilia (CBKC), maior entidade de cães de raça pura do Brasil e uma das mais importantes do Mundo – (https://cbkc.org/application/views/docs/padroes/padrao-raca_3.pdf) – (Doc. 06).

15. Note-se que a descrição constante do Padrão da raça *American Pit Bull Terrier* faz menção expressa ao seu temperamento:

CARACTERÍSTICAS: *As características essenciais do American Pit Bull Terrier são a força, a autoconfiança e a alegria de viver. A raça gosta de agradar e é cheia de entusiasmo. É um excelente cão de companhia e é notável o seu amor por crianças. Pelo fato de a maioria dos American Pit Bull Terriers apresentar certo nível de agressividade contra outros cães, bem como pelo fato de seu físico ser poderoso, a raça necessita de proprietários que os sociabilizem cuidadosamente e que treinem obediência aos seus cães. A natural agilidade da raça torna-o um dos mais capazes escaladores e com frequência usa seus caninos para escalar uma cerca. O American Pit Bull Terrier não é a melhor escolha para os que procuram cães de guarda por ser extremamente amigável mesmo com desconhecidos. **Comportamento agressivo para com o ser humano não é característico da raça e, portanto, é extremamente indesejável.** A raça se sai muito bem em eventos de performance por seu alto grau de inteligência e sua vontade de trabalhar.*

16. Outro ponto que merece destaque a reforçar a falta de conhecimento técnico empregado na legislação é o fato dela se referir e nominar outras raças como sendo oriundas do cruzamento de cães da raça “*Pit Bull*” e, por isso, também sofrerem discriminação, com a inclusão no rol de raças proibidas e cujos exemplares devem ser esterilizados.

RENATO DE MELLO ALMADA

ADVOGADO

17. O Conselho Cinotécnico da Confederação Brasileira de Cinofilia (CBKC), por sua presidente, Dra. Monica Amaral, renomada médica veterinária, mestre em reprodução canina pela Universidade Federal do Paraná, emitiu objetivo parecer (**Doc. 07**) a respeito do tema, destacando que:

*A origem dos cães do “tipo Bull” remonta ao início do século XIX, na Inglaterra onde foi criado o Bull and Terrier a partir de cruzamento entre o antigo Bulldog inglês e Terriers locais. O objetivo era combinar a agilidade e tenacidade dos Terriers com a força do Bulldog. Estes cães foram criados para lutas com touros, ursos e rinhas de cães. Em 1835, estes esportes sangrentos foram proibidos, porém as rinhas ilegais continuaram existindo por décadas. Os cães de rinha eram frequentemente manuseados na arena durante as brigas, tanto por apostadores quanto pelo juiz, portanto precisavam ser bastante confiáveis com humanos. Por meio de reprodução seletiva, a inibição de mordidas em relação aos humanos foi amplamente incentivada. **Cães que se mostravam agressivos com humanos eram abatidos. Estas características perduram até hoje, apesar de sua tenacidade, as raças do tipo Bull não podem apresentar agressividade em relação a humanos.***

Das raças descendentes do antigo Bull and Terrier, a mais antiga é o Staffordshire Bull Terrier. A raça foi reconhecida em 1935 e se tornou muito popular no Reino Unido, onde sempre foi reconhecido pela sua afeição natural por pessoas, em especial pelas crianças. São cães extremamente amorosos com sua família, sem nenhuma aptidão para a guarda. Mais tarde, muitos exemplares foram exportados para os EUA, onde começaram programas de criação para produzir uma nova raça, o American Staffordshire Terrier e posteriormente o American Pit Bull Terrier. Apesar de suas origens violentas, ambas as raças eram conhecidas pela lealdade ao dono e foram utilizados como auxiliares de fazendas nos EUA, onde pastoreavam rebanhos e protegiam as propriedades.

Os Mal-entendidos sobre estas raças frequentemente decorrem de seu contexto histórico. Algumas pessoas associam os cães do tipo Bull à agressividade devido à sua ancestralidade ligada às brigas de cães. Embora possam exibir comportamento protetor, a agressividade não é uma característica inerente a

RENATO DE MELLO ALMADA

ADVOGADO

estas raças. O temperamento de um cão depende em grande parte da criação, do treinamento e da socialização. A guarda responsável desempenha um papel crucial na formação da personalidade desses cães.

18. Portanto, fica evidente o erro cometido pelo legislador catarinense ao estabelecer no Decreto Estadual nº 1.047/25 e encampado pela Lei nº 14.204/2007 que:

Art. 1º Ficam proibidas, no Estado, a criação, comercialização e circulação de cães da raça Pit Bull, bem como das raças que resultem de seu cruzamento, por canis ou isoladamente, de acordo com o previsto na Lei nº 14.204, de 26 de novembro de 2007, e neste Decreto.

Parágrafo único. Entende-se como derivados da raça Pit Bull os cães da raça American Pit Bull Terrier, Staffordshire Bull Terrier, American Bully, American Staffordshire Terrier, Red Nose, Pit Monster, Exotic Bully, American Bully Pocket/Pocket Bully, American Bully Micro/Micro Bully e American Bully Micro Exotic/Micro Exotic.

19. O primeiro e gritante erro está em considerar que a raça *American Pit Bull Terrier* é derivada da raça "*Pit Bull*". Veja-se: o nome oficial da raça é **American Pit Bull Terrier**, originária dos Estados Unidos, cujo histórico de sua formação nos dá conta que:

No decorrer do século XIX, criadores na Inglaterra, Irlanda e Escócia começaram a experimentar cruzamentos entre Buldogues e Terriers em busca de um cão que combinasse a esportividade do Terrier com a resistência e atletismo do Buldogue. O resultado foi um cão que reunia em si todas as virtudes dos grandes guerreiros: resistência, coragem indomável e gentileza com os que ama. Os emigrantes levaram estas cruzas de Bulls e Terriers para os Estados Unidos. Os diversos talentos do American Pit Bull Terrier não passaram despercebidos pelos fazendeiros e rancheiros que os utilizavam para proteção, na captura do gado semi-selvagem e de porcos, como ajudante nas caçadas, cães pastores e como companhia para suas famílias. Atualmente, o American Pit Bull Terrier continua demonstrando sua versatilidade, participando com sucesso em campeonatos de Obediência, Faro, Agility, Proteção e Tração, bem como de conformação. (Cf. Doc. 04)

20. Assim, não existe a denominada raça "*Pit Bull*", sendo na verdade, essa denominação, nada mais do que uma abreviação do nome correto da raça, ou seja, *American Pit Bull Terrier*. Logo, não há que se falar ser o **American Pit Bull Terrier**, "derivado da raça Pit Bull".

RENATO DE MELLO ALMADA

ADVOGADO

21. Do mesmo modo, as demais raças nominadas no parágrafo único, do artigo 1º, Decreto Estadual nº 1.047/25, também não são “derivadas” do “Pit Bull” (na verdade, *American Pit Bull Terrier*). E mais: não existe nenhuma raça denominada “Red Nose”, que na verdade é nomenclatura utilizada para distinguir a pigmentação de trufa e lábios do *American Pit Bull Terrier*.

22. Isso, Nobres Ministros, por si só já demonstra o total desapego técnico dos legisladores que elaboraram essa Norma. Aliás, infelizmente, algo comum nas legislações que tratam desse tipo de matéria, que não se orientam com entidades técnicas, como a já citada Confederação Brasileira de Cinofilia (CBKC) e o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), este para questões voltadas à saúde.

23. A falta de conhecimento de cinofilia e dos padrões de raças é tão latente, que o legislador faz referência nessa esdrúxula legislação aos cães da raça *Staffordshire Bull Terrier*, tratando-os, ao que se percebe, como agressivos.

24. Uma simples pesquisa na rede mundial de computadores poderia ter sido suficiente para a percepção de que o entendimento estava equivocado. Bastaria acessar, por exemplo, o Wikipédia² e logo se depararia com a informação de que “O *staffbull*³ desempenhou várias funções, mas ficou conhecido mais recentemente como “cão babá”, devido a afinidade e proteção dada às crianças da família”.

25. O padrão oficial da raça *Staffordshire Bull Terrier* disponibilizado pela Confederação Brasileira de Cinofilia (CBKC) - https://cbkc.org/application/views/docs/padroes/padrao-raca_329.pdf - (Doc. 08), traduz essa realidade:

COMPORTAMENTO / TEMPERAMENTO: Tradicionalmente de coragem indomável e tenacidade. Altamente inteligente e afetuoso, especialmente com crianças. Corajoso, intrépido e totalmente digno de confiança.

26. O mesmo se diga em relação às demais raças citadas na legislação em apreço. As mesmas não são “derivadas” do *American Pit Bull Terrier* (ou Pit Bull) e sim, tais tipos de raça, têm em comum, em gerações passadas, um mesmo ancestral, o *Bull-and-Terrier*.

² https://pt.wikipedia.org/wiki/Staffordshire_bull_terrier (acesso realizado em data de 24.07.2025).

³ Ressalte-se, que “staffbull” é a forma carinhosa como o *Staffordshire Bull Terrier* é conhecido, tratando-se, pois, de uma mesma raça.

RENATO DE MELLO ALMADA

ADVOGADO

27. **Portanto, o Decreto Estadual nº 1.047/25, que regulamenta a Lei nº 14.204/07 parte de premissas totalmente equivocadas, listando raças a serem proibidas e esterilizadas, sem nenhum respaldo técnico.**

28. **Independente disso, a simples discriminação contra raças específicas, além de não fundamentada cientificamente, viola o princípio da isonomia (art. 5º, caput, CF), na medida em que trata de forma desigual animais e proprietários sem justificativa razoável, configurando tratamento arbitrário e irrazoável.**

29. O Supremo Tribunal Federal já assentou que restrições devem ser proporcionais e fundamentadas em provas concretas para se legitimar, conforme jurisprudência consolidada sobre limitações de direitos.

30. À toda evidência, as restrições, consubstanciadas em verdadeira discriminação, não se encontram devidamente fundamentadas em provas concretas, até porque, como visto, partiram de entendimentos preliminares totalmente equivocados.

III.II - Da obrigatoriedade de esterilização precoce e a ADI 7704:

31. O Decreto nº 1.047/25 do Estado de Santa Catarina, impõe esterilização obrigatória a partir dos seis meses de idade, o que corresponde a uma intervenção precoce e indiscriminada, que pode afetar a saúde e o bem-estar dos animais.

32. Com efeito, assim está disposto no Decreto:

Art. 2º É obrigatória, a partir dos 6 (seis) meses de idade, a esterilização de todos os cães da raça Pit Bull, ou dela derivada, no Estado.

33. Como visto, não há **raças** dele derivada!

34. E mesmo que houvesse, ou se apenas do *American Pit Bull* se tratasse, ainda assim não haveria que se falar em esterilização obrigatória indiscriminada.

35. **A imposição da esterilização/castração, sem aconselhamento clínico para um caso específico, por mais louvável que possa ser a sua intenção, fere direitos constitucionais, isso é fato!**

RENATO DE MELLO ALMADA

ADVOGADO

36. E nesse ponto, as legislações que limitam o direito de criação responsável, que visa a perpetuação da espécie, suas funções, zelando pela saúde e bem-estar dos animais, mas que acabam sendo abarcadas por essa leis, ofendem drasticamente o artigo 225, *caput* e inciso VII da Constituição Federal.

37. Diz o art. 225 da CF que **“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”**.

38. Compreende-se, nessa perspectiva, também a defesa da fauna, composta por todos os animais não-humanos existentes no país, sejam eles selvagens (fauna nativa), cativos (fauna exótica em zoológico, santuários ou áreas de contenção) ou domésticos, haja vista que a Constituição não faz qualquer distinção entre eles.

39. Nessa dimensão prática da norma acima está não apenas a proteção contra os maus-tratos e a crueldade, para salvaguardar os indivíduos das espécies não-humanas, mas também a proteção contra as medidas que “provoquem a extinção de espécies” ou atentem contra a sua “função ecológica”.

40. Esse Egrégio Supremo Tribunal Federal, na ADI 7704-SP, em decisão liminar relatada pelo eminente **Ministro Flávio Dino**, posteriormente referendada à unanimidade pelo Plenário da Corte, firmou entendimento contra medidas que estabeleçam esterilização obrigatória indiscriminada, especialmente de filhotes, quando não fundamentadas em estudos científicos e em respeito ao princípio da dignidade dos animais (art. 225, § 1º, inciso VII, CF).

“Todas as práticas que comprometam a função ecológica ou que coloquem em risco a extinção de alguma espécie animal são vedadas pela Constituição. Por isso, o cuidado aos animais deve observar os princípios bioéticos de modo a não causar danos à existência animal. Da mesma forma, também são proibidas as práticas que prejudiquem o bem-estar animal, que é “o estado mental e físico positivo relacionado à satisfação das necessidades fisiológicas e comportamentais do animal, bem como suas expectativas”.

(...).

RENATO DE MELLO ALMADA

ADVOGADO

No caso em análise, a alteração compulsória, indiscriminada e artificial da morfologia dos cães e gatos, sem considerar suas características e situações específicas, viola a dignidade desses animais. Diante dessas evidências científicas, conclui-se que a castração animal, na forma prevista na lei estadual, pode não só comprometer a integridade física dos animais, como a própria existência das raças. Esse risco é ressaltado pelos autores desta ADI, que destacam que a Lei Estadual nº 17.972/2024 “impõe medidas que não protegem, mas tornam muito mais vulneráveis – até à extinção (por falta de indivíduos, mas sobretudo pela perigosa redução do pool genético e dos indivíduos a alguns poucos exemplares, restritos aos criadores) - as populações de cães e gatos existentes em São Paulo”.

41. Observe-se que legislações que visam regulamentar a criação de cães devem primar por conhecimentos técnicos, sob pena de violação do dever constitucional da proteção da fauna, da proibição de crueldade com os animais e da vedação de extinção de espécies, tal como se verifica na legislação combatida.

42. **Essa importante decisão do Supremo Tribunal Federal reforça que atos normativos que imponham esterilização sem respaldo técnico e científico, e sem garantir o respeito às condições de saúde dos animais, são inconstitucionais.**

43. Ainda versando sobre o tema, vale repetir a citação levada na inicial da ADI 7704, encampada no voto do Ministro Relator, referente ao “Parecer Técnico sobre os Riscos da Castração Pediátrica em Cães”, de autoria do Dr. Alexandre Rodrigues Silva, professor titular do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal Rural do Semi-Árido e Vice-Presidente do Conselho Cinotécnico da Confederação Brasileira de Cinofilia, que bem conclui:

“Em conclusão, é evidente que a castração pediátrica em cães apresenta riscos significativos, os quais devem ser ponderados cuidadosamente. Neste sentido, a decisão de castrar um cão em idade pediátrica deve considerar fatores individuais, incluindo a raça, predisposições genéticas e o contexto de vida do animal. Recomenda-se uma abordagem individualizada, onde o proprietário e o veterinário discutam os prós e os contras da castração em conjunto, considerando também o momento mais apropriado para a realização do procedimento” (Doc. 09).

44. Assim sendo, não há respaldo técnico algum para a determinação contida no Decreto e na Lei no sentido de que todos os exemplares das raças lá indicadas, a partir do 6 (seis) meses

RENATO DE MELLO ALMADA

ADVOGADO

devem ser esterilizados. **A uma**, porque como acima demonstrado, a legislação incorre em grave erro ao relacionar raças como sendo derivadas do “Pit Bull”, quando não são. **A duas**, por inexistir respaldo técnico veterinário. **A três**, por ferir expressamente o artigo 225, *caput* e inciso VII da Constituição Federal.

IV – DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS VIOLADOS:

45. O Decreto Estadual viola:

- **Princípio da Legalidade e do devido processo legal** (art. 5º, LIV e LV, CF), ao impor medidas sem respaldo técnico, científico e legal adequado.
- **Princípio da isonomia** (art. 5º, *caput*, CF), ao discriminar raças sem critérios objetivos.
- **Direito à propriedade** (art. 5º, XXII, CF), que abrange a posse legal de animais domésticos.
- **Princípio da dignidade da pessoa humana**, estendido à proteção da fauna e meio ambiente (art. 225, *caput* e inciso VII da CF), pois a esterilização precoce pode causar sofrimento e dano aos animais.
- **Princípio da proporcionalidade**, pois a medida não se mostra adequada, necessária e proporcional para alcançar a finalidade alegada.

46. **E mais: o ato normativo é inconstitucional por invadir matéria reservada da União Federal.**

47. Com efeito, o art. 22 da CF bem estipula e dispõe quais matérias competem privativamente à União legislar. Dentre elas estão aquelas relativas a **direito civil, comercial e agrário**⁴.

⁴Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; II - desapropriação; III - requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra; IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão; V - serviço postal; VI - sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais; VII - política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores; VIII - comércio exterior e interestadual; IX - diretrizes da política nacional de transportes; X - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial; XI - trânsito e transporte; XII - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia; XIII - nacionalidade, cidadania e naturalização; XIV - populações indígenas; XV - emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros; XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões; XVII - organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes; XVIII - organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes; XIX - sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais; XX - sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular; XXI - sistemas de consórcios e sorteios; XXII - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares; XXIII - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares; XXIV - competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais; XXV - seguridade social; XXVI - diretrizes e bases da educação nacional; XXVII - registros públicos; XXVIII - atividades nucleares de qualquer natureza; XXIX - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a

RENATO DE MELLO ALMADA

ADVOGADO

48. A Lei impugnada impõe regras limitativas para criação de cães (atividade econômica e profissional), incluindo sua proibição, além da obrigatoriedade de esterilização dos animais aos 06 (seis) meses de idade. Tais regras que disciplinam a atividade têm natureza de Direito Civil ou Comercial, porque tratam das condições da venda e compra dos animais domésticos entre particulares, o que não poderia ser objeto de mera lei estadual, em razão da exclusiva competência da União acerca dessa matéria.

49. Ademais disso, a Lei impugnada também violou o art. 22, I, da Constituição Federal por invadir competência exclusiva do Ministério da Agricultura (MAPA). O art. 19 da Lei Federal n. 14.600/23 bem estabelece as áreas de competência e atuação exclusiva do Ministério da Agricultura e Pecuária, nos seguintes termos:

Art. 19. Constituem áreas de competência do Ministério da Agricultura e Pecuária:

- IV. defesa agropecuária e segurança do alimento, abrangidos: a) a saúde animal e a sanidade vegetal;***
- VI. conservação e proteção de recursos genéticos de interesse para a agropecuária e a alimentação;***
- XII. boas práticas agropecuárias e bem-estar animal;***
- XVII. comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos;***

50. Portanto, resta clara a violação ao art. 22, I, da Constituição Federal.

administração pública, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas diversas esferas de governo, e empresas sob seu controle; XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; XXVIII - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional; XXIX - propaganda comercial; XXX - proteção e tratamento de dados pessoais. Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

RENATO DE MELLO ALMADA

ADVOGADO

V – DA LIMINAR E O PERIGO DE DANO IRREPARÁVEL

51. Como já salientado, o Decreto nº 1.047/25, que regula e executa a Lei Estadual nº 14.204/07, tem aplicabilidade imediata, pelo que as raças citadas correm o risco iminente de serem esterilizadas.

52. Os requisitos para a concessão da liminar se encontram presentes:

53. A **probabilidade de direito** reside nos fundamentos expostos acima. Como se viu, a Lei Estadual aqui impugnada impõe a esterilização de todos os cães das raças citadas, bem como impõe proibição à atividade de criação, o que viola a um só tempo o **art. 22, I, da CF**, já que a matéria em questão é de competência reservada à União e o **art. 5º, XIII, da CF**.

54. O Diploma legal promulgado não adota práticas de bem-estar, pois a esterilização/castração compulsória consiste em mutilação e maus-tratos análogos à crueldade, havendo clara situação de afronta aos ditames do **art. 225, da CF**. Isso, sem falar no direito à liberdade de escolha dos criadores e tutores sobre se querem ou não ver seus cães esterilizados, em afronta ao **art. 5º, caput, CF**.

55. O **perigo de dano**, por sua vez, é ainda mais evidente. A começar pelo fato de que a Lei Estadual **não previu qualquer regra de transição** e tem sua aplicação imediata obrigando a esterilização dos animais, além das demais restrições.

56. De outro lado, por razões óbvias, não há qualquer **perigo de dano reverso** decorrente da medida pretendida.

57. Assim sendo, impõe-se a concessão de medida liminar, para suspender a eficácia dos dispositivos legais aqui impugnados, ao menos até o julgamento de mérito e em definitivo da presente demanda. É o que se requer!

VI – DO PEDIDO:

58. Diante do exposto, requer-se:

- a) O recebimento e o processamento da presente Ação Direta de Inconstitucionalidade;
- b) A concessão de medida cautelar para suspender imediatamente os efeitos do Decreto nº 1.047/25 e por consequência da Lei nº 14.204/07, por ele regulamentada, enquanto durar o processo;

RENATO DE MELLO ALMADA

ADVOGADO

c) A declaração de inconstitucionalidade, com efeitos vinculantes e *erga omnes*, do Decreto nº 1.047/25 e da Lei nº 14.204/07, nos dispositivos que:

- Proíbem a criação, comercialização, circulação e posse das raças “*Pit Bull*” (**American Pit Bull Terrier**) e demais citadas sem embasamento técnico-científico (art. 1º);

- Impõem a esterilização obrigatória a partir dos seis meses de idade (art. 2º);

d) A intimação do Procurador-Geral da República para manifestação;

e) Seja julgado procedente o pedido, confirmando-se as providências cautelares antes requeridas, para declarar-se a inconstitucionalidade do Decreto nº 1.047/25, que regulamenta a Lei nº 14.204/07 do Estado de Santa Catarina.

59. De acordo com o art. 3º, parágrafo único, da Lei 9.868/99, informam que se encontram anexos o instrumento de procuração, cópias da lei estadual impugnada e demais documentos comprobatórios.

60. Requerem, finalmente, a produção de todas as provas em direito admitidas, a serem oportunamente requeridas pelos Autores.

61. Em atendimento ao art. 106, I, do CPC, comunica seu patrono receber intimações pessoais na Av. Nilo Peçanha, 50, sala 2601, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20020-906 e intimações eletrônicas no e-mail renatoalmada@cbkc.org, requerendo, ademais, que nas intimações pelo Diário da Justiça Eletrônico do Estado, constem, o nome do subscritor, Renato de Mello Almada, OAB/SP 134.340 e OAB/RJ 224.902, **sob pena de nulidade dos atos**, nos termos do art. 272, § 2º, do CPC.

62. Dá-se à causa o valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), em razão da ausência de conteúdo econômico imediato.

Termos em que,

Pedem Deferimento.

Brasília, 05 de agosto de 2025.

RENATO DE MELLO ALMADA
ADVOGADO-OAB/SP 134.340